

A FINALIDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Juliana Aparecida de Carvalho ¹

Sandra Elaine Aires de Abreu²

Resumo

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a finalidade do ensino de História na sociedade Brasileira. Os objetivos específicos consistem em explicar as finalidades do ensino de História na sociedade brasileira durante o período Imperial e período Republicano até a década de 1980 e explicar a finalidade do ensino de História para os anos iniciais na atualidade, ressaltar, as determinações prescritas pela Base Nacional Comum Curricular e nos Parâmetro curriculares do ensino de História. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, quanto aos meios de investigações, foi utilizada, a análise dos documentos, tais como a, Base Nacional Comum Curricular e os, Parâmetros Curriculares Nacionais. A pesquisa bibliográfica foi realizada através do levantamento de obras publicadas e compatíveis com os objetivos propostos. Com base na pesquisa feita sobre a finalidade do ensino de História na sociedade brasileira, o ensino de História possibilita ao aluno compreender sua vivência, ampliando conhecimentos sobre si e sobre a sociedade, o ensino de História deve, ir além de transmitir conhecimentos, de determinada localidade e o ambiente em que eles vivem. É fundamental que o mesmo conheça a História de seu cotidiano, como também de seu Estado, País e do mundo, para assim compreender o porquê e como chegamos até aqui, como se desenvolveu as culturas, políticas, estruturas, economia, entre outras características.

Palavras-chave: História. Educação. Disciplina.

Introdução

O ensino da História remete aos séculos XVII e XVIII, quando os jesuítas ensinavam História em suas escolas, porém naquela época a designação utilizada não se caracterizava como disciplina escolar. Entretanto, a trajetória da história ensinada nas escolas não corresponde a um saber histórico e sim, a uma história imparcial que se apoia em referências vagas e contraditórias. Foi a partir do século XIX que a História se constitui como disciplina escolar fortemente marcada por uma perspectiva nacionalista servindo de interesses políticos do estado, como também carregando elementos culturais que garantiam a consolidação da população no processo de construção das identidades nacionais e coletivas (FONSECA, 2004).

¹Juliana Aparecida de Carvalho. Acadêmica do 7º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). 2020. tcc1historia01@gmail.com

²Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). sandraeaa@yahoo.com.br

Apesar da relevância do ensino da disciplina de História tanto, a rede pública quanto a rede privada ainda, trabalham com atitudes arcaicas baseadas no conteúdo livresco. Com pouco uso das tecnologias no ensino onde o professor se apresenta como mero reprodutor dos fatos históricos, apresentando uma defasagem e desconexão entre história e mundo atual (ROCHA, 2004).

Schmidt (2013) descreve a importância do ensino da disciplina de História, uma vez que, ela dá condições para que o educando possa participar dentro do processo do fazer e de construir a História. Mas, para que o ensino da História seja efetivo na sala de aula, é preciso romper com o ensino tradicional, ou seja, no qual o professor é o produtor do conhecimento e o aluno um simples receptor.

O aluno precisa se perceber enquanto sujeito histórico, que ele poderá ser um agente de reflexão no mundo que o cerca interiorizando com suas práticas e experiências vivenciadas na sociedade em que está inserido. A escola faz parte de, todo esse processo, a aprendizagem de metodologias apropriadas para a construção do conhecimento histórico, torna-se um mecanismo essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para sua própria sociedade e para si mesmo (BEZERRA, 2004).

O presente estudo apresenta como objetivo geral compreender a finalidade do ensino de História na sociedade brasileira. Diante disso a pesquisa tem como objetivos específicos explicar as finalidades do ensino de História no Brasil Imperial e Republicano, e explicar a finalidade do ensino de História para os anos iniciais na atualidade, e ressaltar, as determinações prescritas pela Base Nacional Comum Curricular.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa quanto aos meios, de investigação da pesquisa bibliográfica foi a análise dos documentos, como Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parâmetros Curriculares Nacionais. A pesquisa bibliográfica foi realizada através do levantamento de obras publicadas e compatíveis com os objetivos propostos.

As finalidades do ensino de História no Brasil Imperial e Republicano

A História tem como função fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma. Ela se coloca hoje em dia cada vez mais próxima às outras áreas do

conhecimento que estudam o homem, procurando explicar a dimensão que o homem teve e tem em sociedade (BORGES, 2006).

A partir da constituição do Estado Brasileiro, a História passa a ser um disciplina no currículo da escola elementar. A constituição da História como disciplina escolar autônoma ocorreu a partir de 1837, com a criação do Colégio Pedro II. A regulamentação da disciplina seguiu o modelo francês, onde a História universal acabou predominando no currículo, mas se manteve a História Sagrada. A História do Brasil só foi introduzida no ensino secundário depois de 1855 e, logo após foram desenvolvidos programas para as escolas elementares (BRASIL, 2000).

Segundo Fonseca (2004), a constituição da disciplina escolar de História e a organização de seu ensino nas escolas brasileiras esteve envolvida, desde o século XIX, em discussões políticas em momentos diversos. Considerando o período do Brasil independente, onde o Estado passou a assumir a gestão da educação, verifica-se o papel que o ensino de História ocupou, como um importante elemento de formação moral, cívica e política das crianças e dos jovens. Pouco a pouco, conteúdos, procedimentos metodológicos e materiais didáticos foram sendo definidos e apresentados como instrumentos daquela formação, de modo que fossem capazes de atender às diretrizes de grupos politicamente dominantes.

Deste modo, a História passou a difundir o ensinamento que alcançaria os bancos escolares por meio programas oficiais e dos livros didáticos sendo elaborado pelo próprio governo, uma vez que, coube a ela a tarefa de apontar às crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes heróis e ilustres da pátria. No caminhar do século XIX a definição de conteúdo e procedimentos específicos como História da nação, utilização de imagem adequação da linguagem conhecimento da História era o ensino de história que as escolas deveriam estabelecer (FONSECA, 2004, p. 24).

Foi a partir desse momento que a História se constitui como disciplina escolar fortemente marcada por uma perspectiva nacionalista servindo de interesses políticos do Estado, como também carregando elementos culturais que garantia a consolidação da população no processo de construção das identidades nacionais e coletivas. As relações do ensino de História com outras influências estão muito distantes das questões historiográficas com este método elas não têm recebido

muita atenção por parte dos pesquisadores, as práticas escolares contidas no ensino de História são poucas (FONSECA, 2004).

Do século XIX até a década de 1940, pode-se perceber, com relação ao problema de constituição de identidade nacional, apesar de certas diferenças, um movimento em direção ao fortalecimento de um nacionalismo patriótico e da sedimentação de uma história nacional com passado homogêneo, sem conflitos e único para todos os brasileiros (BITTENCOURT, 2007).

Um outro momento do papel do ensino da História na configuração de uma identidade nacional se deu a partir de 1945. Esse ano assinala o fim do Estado Novo no Brasil e da Segunda Guerra Mundial deu início a uma nova fase de debates sobre problemas do nacionalismo. A volta da democracia recolocava o problema do Brasileiro e seus direitos de cidadão. Organizações internacionais, especialmente a Unesco, empenharam-se em traçar mudanças no ensino de História, sendo os livros didáticos os principais alvos de uma política que visava atenuar os confrontos entre povos e nações (BITTENCOURT, 2007).

A coleção, elaborada com o apoio do MEC, foi inicialmente apresentada em fascículos para professores e alunos, mas com o golpe de 1964, ocorreu um inquérito policial militar e a obra foi proibida, sendo os autores acusados de subversão. A volta da História para o ensino então chamado de primeiro e segundo graus era, portanto, tarefa complexa. A indagação que percorria os debates entre educadores e historiadores relacionava-se a qual história deveria ser ensinada para o novo público escolar social e culturalmente heterogêneo. Muitas reformulações curriculares iniciadas na década de 1980 e realizadas pelos diferentes estados, assim como pelos municípios, buscavam, além de resolver questões metodológicas para atender as necessidades desse novo público, e rever as finalidades da disciplina e de seus conteúdos (BITTENCOURT, 2007).

As reformulações curriculares iniciadas no final da década de 1980 até a elaboração dos PCNs para o ensino fundamental e médio no final de 1990 tiveram que atender a séries de críticas e buscavam situar com maior cuidado as finalidades da história. A introdução do ensino de uma história local ou regional passa, necessariamente, pelo aprofundamento dos estudos de uma história social e cultural que não exclua a política, mas esta necessita ser revista quanto aos seus conceitos fundamentais: poder, estado, partidos políticos e movimentos sociais, entre outros (BITTENCOURT, 2007).

A finalidade do ensino de História para os anos iniciais na atualidade

As recomendações curriculares decorrentes após a década de 90 trazem como marca o momento de ruptura que se deu nos modos de pensar e ensinar a disciplina de História. A História passou a ser tratada como disciplina autônoma, o conteúdo ensinado assumiu diferentes imagens nesta nova reformulação como o campo do saber autônomo imprescindível para a formação do pensamento dos cidadãos. (FONSECA, 2003).

As propostas curriculares que procuram, de maneira geral, uma fundamentação pedagógica baseada no construtivismo, com abordagens variadas, porém coerentes com o princípio de considerar o aluno como um sujeito ativo no processo de aprendizagem. Para tanto, consideram que os alunos trazem consigo um conhecimento prévio sobre os objetos de estudos históricos, seja por meio das histórias de vida ou pelos meios de comunicação, o que deve ser considerado no processo de aprendizagem. (BITTENCOURT, 2008).

A modificação do ensino de História é estratégica não só na luta pelo fim das práticas igualitárias acríticas, mas também de novas práticas escolares, “o objetivo do saber histórico escolar é constituído de tradições, ideias, símbolos e significados que dão sentido as diferentes experiências históricas” (FONSECA, 2003p. 34).

Segundo Bittencourt (2008), A História busca compreender as diversas maneiras como homens e mulheres viveram e pensaram suas vidas e suas sociedades através do tempo e do espaço, permitindo que experiências sociais sejam vistas como um constante processo de transformação assumindo formas diferenciadas, e que é produto das ações dos próprios homens, estudar história é fundamental para perceber o movimento e a diversidade possibilitando comparações.

O ensino da história deve difundir conhecimentos de um determinado local, ambiente em que os alunos vivem, é fundamental que o mesmo conheça a sua história e também a História de seu Estado, País e do mundo, para assim compreender o porquê e como chegamos até aqui, como se desenvolveu as culturas, políticas, estruturas, economia, entre outras características. (MIRANDA; SCHIER, 2016).

De acordo com a BNCC, um dos objetivos da disciplina História consiste em:

estimular a autonomia do pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (BRASIL, 2017c, p. 398).

Pesquisas que se dedicam à história do ensino de História têm comprovado que a partir do processo de constituição da disciplina escolar no século XIX, sua finalidade fundamental é a da construção de uma identidade nacional. Na qual a identidade nacional esteve sempre associada a constituição de um sentimento nacionalista e a uma concepção de povo. Ao acompanhar a trajetória da história por intermédio de seus programas curriculares e de suas obras didáticas, verificam-se mudanças significativas em tais concepções. (BITTENCOURT, 2007).

Como obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira, africana e indígena que foi estabelecido em todos os níveis de educação básica do país nas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/08. Estudos desenvolvidos nas últimas décadas têm questionado o papel substantivo da História na constituição da identidade nacional em sua trajetória na vida escolar brasileira. (GOULARTE; MELLO, 2013).

As determinações prescritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Parâmetro curriculares do ensino de História

O fato histórico, o sujeito histórico e o tempo histórico são os três conceitos que estarão presente nas propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História que propõe aos professores da Educação Básica uma visão clara sobre o ensino da disciplina de história (BRASIL, 2000).

Os PCN de História passam a considerar a participação de novos sujeitos históricos como, homens comuns, mulheres e crianças na História a ser ensinada nas escolas. Deste modo, outro conceito fundamental surge nesta nova concepção de ensino-aprendizagem da História, o sujeito histórico seria aqueles que, a partir de seus contextos sociais e temporais, atuariam como protagonistas nas transformações da sociedade de forma individual ou coletiva. “Agentes de ação social, que se tornam significativos para estudos históricos escolhidos com fins didáticos, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais” (BRASIL, 2000, p.36).

Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas

e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles; reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço; questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil (BRASIL, 2000).

Segundo consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (2000) anos iniciais recomenda fazer trabalho, com fontes orais e iconográficas pois a partir delas as crianças que ainda estão no início da alfabetização desenvolva a linguagem escrita, em tese as atividades com fontes documentais como fotografias, mapas, filmes, depoimentos edificações objetos de uso do dia a dia e fundamental recorrer a trabalhos específicos como levantamento e organização de informações, leituras e formas de registros.

Para Fonseca (2006) os Parâmetros Curriculares Nacionais são as mudanças do objetivo da disciplina, que passa a ser a categoricamente a preparação dos cidadãos para um sociedades democrática” é um ato de reflexão sobre memórias e esquecimentos, mudanças ou continuidades. As rememorações dos passados, das transformações e as continuidades, no presente, são povoadas por relações, disputas, tensões e concessões entre pessoas, nem sempre conscientes como fazeres sociais.

Estudos têm revelado e debatido ricas e diversas experiências didáticas, inúmeras possibilidades de leituras, escolhas, interpretações e de trabalhos pedagógicos que potencializam a construção de aprendizagens históricas significativas, nos diversos contextos sócio, culturais e educacionais. A História, como componente curricular, tem um valor fundamental na formação dos sujeitos, uma vez que, possibilita a compreensão da experiência humana nos diversos tempos e lugares (FONSECA, 2009).

“A história é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade” (BORGES, 2006, p. 48). A história das transformações humanas, desde o seu aparecimento na terra até nos dias em que estamos vivendo. Fazemos parte da História e desempenhamos nela um papel. E neste formato que a Base Nacional Comum Curricular de História no Ensino Fundamental Anos Iniciais contempla, a construção do sujeito.

O processo tem início quando a criança se conscientiza da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação do indivíduo é de interrogar, marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um “Outro”, às vezes semelhante, muitas vezes diferente. A separação dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social, esse processo de constituição do sujeito é longo e complexo. O aprendizado, no decorrer do Ensino Fundamental e anos iniciais, torna-se mais complexo à medida que o sujeito reconhece que existe um “Outro” e que cada um apreende o mundo de forma particular. A História depende das linguagens com as quais os seres humanos se comunicam, entram em conflito e negociam (BRASIL, 2017).

A História, segundo consta na BNCC:

Não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões. O exercício do “fazer história”, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um “Outro”, às vezes semelhante, muitas vezes diferente. Depois, alarga-se ainda mais em direção a outros povos, com seus usos e costumes específicos. Por fim, parte-se para o mundo, sempre em movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações dessas variáveis – do Eu, do Outro e do Nós –, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação (BRASIL, 2017, p. 395-396).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considera o passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual. (BRASIL, 2017).

Para o documento identificação, se destaca na importância de levantar questões condizentes ao processo e aos procedimentos da investigação histórica, tais como:

De que material é feito o objeto em questão? Como é produzido? Para que serve? Quem o consome? Seu significado se alterou no tempo e no espaço? Como cada indivíduo descreve o mesmo objeto? Os procedimentos de análise utilizados são sempre semelhantes ou não porque essas perguntas auxiliam a identificação dos fatos (BRASIL, 2017, p. 396).

Conforme o documento a comparação, ressalta-se na preocupação de desvelar o “Outro” permitindo a indagação como por exemplo o funcionamento de diferentes sociedades compreendendo melhor as diferenças e semelhança entre elas. A BNCC, considera a contextualização uma “tarefa imprescindível para o conhecimento histórico”, pois “os estudantes devem ser levados aprender em uma dada circunstância, para saber identificar os contextos em que determinados acontecimentos ocorreu no sentido de compreender os significados condizentes com a época estudada. (BRASIL, 2017).

No quesito interpretação é fundamental para a formação de um pensamento crítico. Exige do aluno observação e conhecimento da estrutura do objeto e suas relações no tempo e espaço. Para a Base Nacional Comum Curricular interpretar permite o estudante compreender o sentido histórico de uma ordem e data dos acontecimentos históricos.

O que torna um determinado evento um marco histórico?” Entre os debates que merecem ser enunciados, destacam-se as dicotomias entre Ocidente e Oriente e os modelos baseados na sequência temporal de surgimento, auge e declínio. Ambos pretendem dar conta de explicações para questões históricas complexas. De um lado, a longa existência de tensões (sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas) entre sociedades ocidentais e orientais; de outro, a busca pela compreensão dos modos de organização das várias sociedades que se sucederam ao longo da história. (BRASIL, 2017, p. 398).

Em relação ao processo de análise é associado à capacidade de “problematizar a própria escrita da história”. Intende que é uma habilidade complexa, pois implica problematizar a escrita da História, “apesar do esforço de organização e de busca de sentido, trata-se de uma atividade em que algo sempre escapa” (BRASIL, 2017, p. 398).

O processo de ensino e aprendizagem da História no Ensino Fundamental Anos Finais está pautado por três procedimentos básicos:

1. Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico.
2. Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados

da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens.

3. Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias (BRASIL, 2017, p. 414).

Portanto, a Base Nacional Comum Curricular compreende que o conhecimento histórico deve ser tratado como uma forma de pensar, de indagar o passado e o presente, de construir explicações, descobrir significado, compor e decompor interpretações, ao longo do tempo e do espaço, podendo assim, utilizar da História uma ferramenta a serviço de “um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive” (BRASIL, 2017, p. 399).

Considerações finais

A História é definida como tudo aquilo que o homem produz no decorrer de sua existência, é o produto de suas ações na sociedade, sendo assim, enquanto seres sociais, pode-se dizer que fazemos parte desse processo de forma ativa, pois independentemente de nossas práticas sociais sempre deixaremos vestígios, os mesmos que constituíram uma história. A História engloba desde acontecimentos, objetos, pessoas e até mesmo construções, ou seja, tudo o que se encontra a nossa volta pode ser denominado como tal, pois cada elemento contribui de maneira significativa para a composição da mesma (VIEIRA; TONIOSSO, 2018).

O currículo do ensino de História Brasileiro teve como finalidade primordial consolidar o papel do estado-nação na condução e na organização política, tendo como personagens fundamentais os chefes republicanos, considerados pela historiografia tradicional construtores da pátria, reforçando assim, seu papel de disciplina encarregada de uma formação política do cidadão brasileiro. Figuras consideradas como grandes estadistas, como José Bonifácio, Rio Branco, ao lado de “mártires republicanos”, como Tiradentes, formavam a nova galeria de heróis nacionais (BITTENCOURT, 2007).

Com as reformulações curriculares iniciadas no final da década de 1980 até a elaboração dos PCNs para o ensino fundamental e médio no final de 1990 tiveram

que atender a uma série de críticas que buscavam situar com maior cuidado as finalidades do ensino de História. As principais mudanças foram a introdução do ensino de História local ou regional e aprofundamento dos estudos social e cultural que não excluía a política, mas esta necessita ser revista quanto aos seus conceitos fundamentais poder, estado, partidos políticos e movimentos sociais, entre outros (BITTENCOURT, 2007).

O ensino da disciplina História possibilita ao aluno compreender sua vivência, ampliando seus conhecimentos sobre si e a sociedade o que este aluno aprende com ensino de História, deve ir além de transmitir conhecimentos de determinada localidade, ambiente em que eles vivem, é fundamental que o mesmo conheça a História de seu cotidiano, como também de seu Estado, País e do mundo, para assim compreender o porquê e como chegamos até aqui, como se desenvolveu as culturas, políticas, estruturas, economia, entre outras características segundo a Base Comum Curricular (BNCC) “O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual.” (BRASIL, 2017, p. 395).

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Identidades e ensino da história no Brasil**. Ensino da história e memória coletiva. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo :Cortez, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história?** 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Base comum curricular- BNCC: educação é a base**. Brasília: CONSED- Conselho Nacional de Secretários de educação, 2017.

FONSECA Selva Guimarães. **Didática e prática de história: experiências, reflexões e aprendizado** 5.ed campinas, SP: Papyrus, 2006.

FONSECA, Tais Nívea de Lima e. **História e ensino de história**. 2.ed Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOULARTE, Silva Raquel; MELLO, Karoline Rodrigues de. **Intertextos**, Londrina, v.13, nº 02, p. 33- 54, jul./dez. 2013. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035>> Acesso em:14/10/20.

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. A influência do ensino de História na educação infantil e formação do aluno. **Educação em Foco**, São Paulo Edição nº: 08/Ano: 2016. Disponível em <

https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/003_influencia_historia_educ_infantil.pdf> Acesso em 03/11/2020

ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a história do imaginário do aluno. In: Nikitiuk, Sônia L. (org.). **Repensando o ensino de história**. 5.ed. rev. São Paulo: Cortez,2004.

VIEIRA, Angélica Catarino; TONIOSSO, José Pedro. O ensino da história nos anos iniciais do ensino fundamental: concepções dos professores sobre a prática em sala de aula. In: **Cadernos de Educação: ensino e sociedade**. Bebedouro - SP, 2018. vol. 5, pág. 22-42.

Disponível em <

<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/68/12042018173428.pdf>> Acesso em 03/11/2020